



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Movimentos Sociais e Serviço Social

FEMINISMO AUTÔNOMO COMO MOVIMENTO SOCIAL: UM DEBATE NECESSÁRIO NA BUSCA DA AUTONOMIA

Dariana Maria Silvino¹

Resumo: O feminismo busca a existência da autonomia, como princípio norteador para a auto-representação, ação política e financeira das mulheres, independente de atuação de ONGs, partidos ou instituições, militando pelo movimento. Trazemos assim, as vivências das mulheres. Reivindicando o processo de desoniguização, na construção do sujeito político, organizado, autônomo em coletivo total.

Palavras-chaves: Movimento social. Feminismo. Autonomia. ONGs. Coletivo Total.

Abstract: Feminism seeks the existence of autonomy, as a guiding principle for self-representation, political and financial action of women, regardless of the performance of NGOs, parties or institutions, militating for the movement. We bring the experiences of women. Claiming the process of disguise, in the construction of the political subject, organized, autonomous in total collective.

Keywords: Social movement. Feminism. Autonomy. NGOs. Total Collective.

1 INTRODUÇÃO

O feminismo, na condição de movimento social e enfrentamento político, luta contra as desigualdades construídas historicamente entre homens e mulheres, essas são transformadas em diferenças. É preciso aprofundamento da construção da consciência militante feminista, mudança dessa sociabilidade patriarcal, machista, sexista, capitalista que oprime, domina, explora corpos e vidas, negando cotidianamente essa realidade tão perversa e cruel. Acreditamos que só teremos uma verdadeira transformação/mudança social, econômica, política, cultural na sociedade, quando homens e mulheres, de fato, forem iguais em direitos, oportunidades, parafraseando Beauvoir, só assim enxergaremos o que há de melhor na vida, a liberdade.

Trazemos uma abordagem do feminismo, a qual visibiliza sujeitos silenciados, torna público demandas e lutas por liberdade, autonomia não formal/burguesa, das quais, sistemas inferiorizam mulheres e privilegiam homens. Nas palavras de Cisne

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade do Estado Do Rio Grande do Norte –UERN, E-mail: darianamaria@hotmail.com.br.

(2018, p. 101): o racismo e o sexismo são, sem dúvida, expressões desse complexo de desigualdade assentadas no sistema patriarcal-racista-capitalista, ambos estão imbricados para junto dominarem, sendo funcionais ao capital. Pois o capitalismo vem fortalecer a desvalorização do poder da mulher, com a imposição do heteropatriarcado sobre o controle dos corpos e sexualidade feminina. Traremos discussão e resistências do movimento feminista por sua autonomia, vivências de mulheres que compõe o campo do feminismo autônomo no Nordeste.

2 CONTEXTUALIZANDO OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Inicialmente vale destacar que acerca do conceito de Movimentos Sociais não há uma síntese geral, tão pouco uma teoria universal que o defina, até mesmo por não existir uma única face deste. Desenvolvem ações de resistências e defensiva aos trabalhadores, que lutam não somente por melhorias salariais, mas também contra o controle do capital e suas formas de opressões/explorações/dominações. Nesse sentido, a história dos movimentos sociais está, intrinsecamente, ligada às novas formas de organização social, econômica, no âmbito da produção, da organização do trabalho e da política da sociedade.

Desta forma, para conceituar o que é um movimento social, na sua forma mais ampla, faz-se necessário fazermos distinção desse em relação à mobilização social, duas categorias que são muito confundidas. A primeira configura-se como “uma organização, com relativo grau de formalidade e de estabilidade, que não se reduz a uma dada atividade ou mobilização” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p 264), enquanto que a segunda “remete a uma atividade, que se esgota em si mesma quando concluída [...] não necessariamente significa nem constitui um movimento social” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 264). Portanto, uma categoria não anula a outra, ambas são muito importantes, pois denotam a resistência na tentativa de conseguir assegurar um direito historicamente conquistado.

Como visto, a mobilização social pode ser entendida como uma atividade de curto prazo, quando visa a alcançar algum objetivo ou aspecto pontual da realidade. Já o movimento social tem suas ações a longo prazo, pois suas reivindicações perpassam questões mais amplas, gerais e podem ter um caráter classista. Suas ações devem ser cotidianas e não se esgotam em si próprias, pois seu objetivo só será alcançado através de uma perspectiva, conquistas maiores para os segmentos que defendem. Para alguns movimentos de caráter anticapitalista, a emancipação

humana é um horizonte e, por esta razão, só se efetiva com o fim da sociedade de classes, em outras palavras, rompendo com o capitalismo.

Assim, compreende-se que ambas podem até se complementar, ou mesmo a mobilização pode ser uma ferramenta da ação do movimento social, mas tem significados e atribuições diferentes. Ainda nas contribuições de Duriguetto e Montaño. “O Movimento Social, é conformado pelos próprios sujeitos portadores de certa identidade/ necessidade/ reivindicação/ pertencimento de classe, que se mobilizam por respostas ou para enfrentar tais questões [...]” (2011, p. 264).

“Os chamados ‘Novos Movimentos Sociais’ surgem ora como complemento, ora como alternativa, aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda, inspirados em diversos processos revolucionário e várias revoltas” DURIGUETTO, MONTAÑO, 2011, p. 264). “Nessa perspectiva, entende-se como o “novo” dos NMS a sua constituição heterogênea, compostos por identidades diversas, seu caráter não classista e sua luta que não visa à transformação social, mas a mudanças pontuais” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 310).

Porém os “novos sujeitos coletivos” (NETTO, 2012, p. 421) carecem de organização, universalização das lutas contra o capital internacional na sua fase monopolista, devendo olhar essa realidade com criticidade. Contudo, esses movimentos sociais, “até agora, não interligaram instâncias políticas capazes de articular e universalizar a pluralidade de interesses e motivações que os enfibram, seu potencial emancipatório vê-se frequentemente comprometido (inclusive com a recidiva de corporativismos)” ou despolitização.

Ou seja, a afirmação e a defesa de identidades particulares de segmentos específicos, é o que tem de “novo” nos NMS, em detrimento da identidade de classes. Nessa perspectiva, é necessário ressaltar que existe uma parcela de alguns seguimentos sociais como o movimento feminista, o movimento negro, o movimento LGBT, ambientalista, dentre outros, que visam à emancipação por meio da ruptura com o capitalismo.

Já para alguns movimentos de caráter anticapitalista a emancipação humana é um direcionamento e, por esta razão, só se efetiva com o fim da sociedade de classes, em outras palavras, rompendo com todas as formas de opressões, dominações e explorações. Posto isso, destaca-se que não se pode ter uma visão romântica dos movimentos sociais, acredita-se que, pela linha política aqui defendida, este seja o caminho, mas nem sempre é isso que ocorre e não há uma unanimidade teórica sobre o assunto.

Diante do exposto até o momento, se faz necessário destacar a importância dos movimentos sociais, dessas ações coletivas como expressão da contradição capital x trabalho, fruto das desigualdades, da luta de classe, que por meio da articulação, da identidade compartilhada entre esses sujeitos externalizam suas demandas e luta para reivindicar e garantir seu espaço e direitos.

Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. Criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, como bem acentuou Melucci (1996). Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo (GOHN, 2011, p.336).

Portanto os chamados NMS, vieram reivindicar direitos até então não atendidos ou tidos como prioridades pelos movimentos sociais tradicionais. Surgindo de certa forma, lutas complementares as clássicas das classes. Um exemplo são as demandas das mulheres com o surgimento do feminismo. Acreditamos que somente priorizando a condição delas, na sociedade de classes, teremos uma verdadeira transformação. Assim pela auto-organização e unificando demandas, teremos uma universalização das lutas e conquistas das classes trabalhadoras.

3 BREVE ABORDAGEM SOBRE O FEMINISMO

A partir da compreensão que as mulheres tiveram sobre situação de opressão e dominação pelas quais passavam, bem como invisibilidade na vida social, romperam o silêncio e o isolamento do âmbito privado, em atos de indignação diante da sociedade, foram sujeitos fundamentais e centrais para o movimento ganhar força, resistência no processo de formação da consciência militante, para haver a transformação da vida das mulheres.

Devido a reduzida abordagem que este trabalho proporciona, não pretendendo esgotar no artigo a trajetória do feminismo, sua importância, bem como conquistas para as mulheres, optamos por questão cronológica, trazer uma pequena discussão do movimento, a partir da Revolução Francesa, na qual, nos marcos do capitalismo, teve sua ascensão. Embora saibamos que a organização e resistência das mulheres já existisse desde o período feudal, portanto, seu marco é anterior a 1789.

Com diferentes formas de vivências e experiências, as mobilizações começaram em torno da reivindicação de igualdade, dando início a ação militante feminista. É graças a essas conquistas, que vem ocorrendo uma transformação na vida das mulheres. Dessa forma, surge o movimento social feminista.

A palavra feminismo tem origem francesa e vem da palavra femme, que em francês significa mulher. Feminismo pode ser então compreendido como tudo aquilo que diz respeito à emancipação das mulheres. O feminismo é ao mesmo tempo uma teoria que analisa criticamente o mundo e a situação das mulheres, um movimento social que luta por transformação. (CAMURÇA e SILVA, 2010, p. 10).

Através da organização e luta coletiva, no decorrer do tempo, o feminismo busca por garantia de direitos, pela mudança estrutural da sociabilidade patriarcal, racista, capitalista e por direitos, contudo, acreditamos que, nesses sistemas relatados, não será possível ocorrer verdadeiramente à libertação para mulheres e homens. Daí a permanente militância pela construção de outra sociedade em respeito ao humano genérico. Todavia, lutemos para desconstruirmos essa sociedade desigual, de opressões, dominações vivenciadas por elas, cotidianamente são negadas a autonomia e liberdade como sujeitos de direitos, iguais aos homens.

4 ENTENDENDO A AUTONOMIA DOS COLETIVOS

Para conhecermos melhor as integrantes do Diadorim, destacaremos a seguir a construção da composição social:

[...] o coletivo é formado por mulheres cis² e trans³, se afirmam como um coletivo autônomo e independente. Possuem uma clara definição e estão vinculadas às mulheres da classe trabalhadora, comprometidas com a luta pelo combate a todas as formas de opressões de classe, raça, gênero ou orientação sexual. [...] (COLETIVO DIADORIM, CARTA POLÍTICA, 2014, s/p).

O coletivo reconhece sua autonomia, existindo independente de organismos financiadores, ONGs feministas, relação direta com o Estado. As mulheres fazem a própria organicidade, reconhecem que “esse contexto tem exigido do feminismo maior capacidade de organização e autonomia” Cisne e Gurgel (2015, s/p), ao se

² A mulher cis é aquela pessoa que nasceu com a genital/vagina foi registrada e se reivindica mulher. Portanto possui a identidade de gênero pela anatomia. <http://www.naomekahlo.com/single-post/2015/04/18/Cis-Trans-Travesti-o-que-significa>.

³ A mulher trans ou transexual é aquela pessoa que nasceu e foi registrada homem, porém se reconhece mulher, e no gênero diferente que lhe registraram. <http://www.naomekahlo.com/single-post/2015/04/18/Cis-Trans-Travesti-o-que-significa>

posicionarem em defesa das mulheres da classe trabalhadora, na luta contra as formas de opressões patriarcais-capitalistas. Através desse direcionamento político, representam essas mulheres na unidade e corpo social. Apresentamos a composição social dos Tambores de Safo:

Podemos perceber, existe a diversidade na representação e composição desses seguimentos. O vínculo de classe social, além da busca para construção de outro projeto de sociedade, reconhecendo mulheres e homens de iguais direitos, sustentado em bases autônomas, havendo de fato, liberdade sobre os corpos e vidas das mulheres, no combate a qualquer tipo de opressão-dominação.

Dialogando com Gurgel (2015) os movimentos feministas têm na condição de desafio constante fazer auto avaliação, construir a unidade para lutar, espaços ou formas de resistências. O cenário que vivenciamos hoje, de retrocessos, retirada de direitos conquistados a duras lutas pela classe trabalhadora, sociabilidade conservadora, machista, homofóbica e racista, exige de nós, unidade na organização. Nos seus princípios, o Diadorim busca na trajetória, autonomia para as mulheres, mediante auto-organização. Temos em sua Carta Política (2014, s/p):

Horizontalidade: o coletivo não cria hierarquia, estabelecendo relações de igualdade nas práticas de atuações entre as integrantes; auto organizado: sendo fundamental para o empoderamento das mulheres, individualmente como sujeitos que tem maneiras de vivencias e realidades peculiares, permitindo a construção da consciência coletiva, havendo nos feminismos práticas autônomas, relações igualitárias entre os seres sociais, desconstruindo hierarquias e poder masculinos. Independente: é nítido, o Diadorim, auto afirma independente de organismos financiadores, ONGs, até mesmo de vínculos institucionais junto ao Estado para poder existir; autônomo: tendo autonomia no desenvolvimento das ações e atos das mulheres. Interseccionalidade: de acordo com o Coletivo Diadorim, Carta Política (2014, s/p) “a perspectiva interseccional rejeita a separação de categorias analíticas e de identidades e consegue fazer com que a análise abarque as várias dimensões da vida social” anticapitalismo: trazendo ao feminismo a perspectiva, de maior criticidade nas suas ações, reflexão da existência as condições sociais de desigualdades que encontra as mulheres, posta pelos sistemas de dominação. Se firmando anticapitalista, e contra as expressões neoliberais da qual atinge principalmente as mulheres. **(Grifos nossos).**

Apresentamos os princípios do Leila Diniz (NASCIMENTO, 2016):

Autônomo: essa foi nossa primeira pauta e decisão coletiva. Independente: queríamos caminhar com nossas pernas, de forma independente de partidos políticos e sindicatos. Auto-organizado: com uma organização autossustentável e 100% militante, cujas contribuições virão de todas nós, que desejam transformar a realidade machista e colaborar ativamente nesse processo. Autodesignado: por coletivo feminista autônomo no novo rearranjo político e financeiramente. Horizontalizado: não constrói hierarquias, mas possibilita haver igualdades nas ações feministas. Sororidade: forma de união entre as mulheres como se fossem laços entre irmãs. Interseccionista: permite fazer análises das várias dimensões da vida social. Anticapitalistas:

posicionando contra o sistema capitalista e suas opressões, se denominam anarquistas. Antipatriarcado: por ser o principal sistema de dominação e exploração dos corpos e vidas das mulheres. Antirracista: são contrárias às formas de discriminação e trazem com ousadia a consciência negra das integrantes. Anticlassista: se posicionam opostas à sociedade hegemônica e burguesa de classe. Mas em defesa das (os) trabalhadoras (as). **(Grifos nossos).**

Portanto, ao estudarmos os princípios dos coletivos, trazemos as suas concepções coletivas, contrárias ao patriarcado, machismo, racismo, capitalismo, amparados em formas de organização horizontalizada, autônoma, vindo proporcionar maior criticidade na ação feminista. Os vínculos institucionais de ONGs não representem as mulheres. A autonomia política e financeira é primordial para os sujeitos coletivos feministas autônomos.

A autoestima dos sujeitos sociais constrói solidamente na organização da autonomia. Tendo esses objetivos, possibilita haver ações autônomas do coletivo. Trazendo a formação de base política, seja em reuniões, ações ou eventos, somando forças de movimento social que visa à transformação da sociedade.

Ainda em forma de denúncia e combatividade, o coletivo Leila Diniz tem como objetivo (NASCIMENTO, 2016) “fortalecer a luta nos movimentos de mulheres e feminista local, como o Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte”. Podemos dizer, mesmo com tantas diferenças, os coletivos se unificam pela composição social, organização, princípios, objetivos, dentre outras questões, deixando claro o porquê e **(para quem)** militar.

5 PROCESSO DE ONGUIZAÇÃO E TRANSFORMISMO DO FEMINISMO INSTITUCIONALIZADO

Antes do processo de expansão e reestruturação produtiva do capital⁴, flexibilização e neoliberalismo, as Organizações Não Governamentais (ONGs) atuavam junto às lutas dos movimentos sociais, porém na década de 1980, vemos a “transformação do mundo do trabalho” (ANTUNES, 1995), espalhando o fenômeno chamado “onguização” pelo país. Tem-se nesse contexto uma forte institucionalização dos movimentos sociais em ONGs, em especial o feminismo. Novellino (2006, p. 8-9):

⁴ Com a reestruturação produtiva [...] garantias e direitos constitui um pequeno núcleo [...] e tornou-se lugar comum salientar as transformações do “mundo do trabalho” [...] e as suas consequências são expressivas, na medida em que afetam a capacidade de resistência. Para mais aprofundamento da discussão ver (NETTO, 2012, p. 231).

O contexto do feminismo institucional. [...] possibilitou a reorganização da sociedade civil para lutar pela garantia dos seus direitos sociais. [...] A institucionalização das organizações significou a racionalização e rotinização de seus procedimentos e normas para a execução de seus projetos. [...] as ONGs feministas. [...] mais tarde passaram a se colocar como intermediárias entre as mulheres e o estado, propondo o monitoramento das políticas. [...] ou como substitutas do Estado, como resultado de uma política neo-liberal de terceirização de serviços de assistência para mulheres pobres.

Configura-se como parte do plano de reestruturação produtiva, do capital internacional no objetivo de lucrar. O neoliberalismo:

[...] adentrou a seara dos movimentos sociais. [...] as expectativas de transformações sociais se metamorfosearam em adesão à dinâmica institucional através das parcerias. A adesão ao ideário neoliberal significou abrir mão da concepção das políticas públicas como direito, do caráter universal e gratuito dos serviços (COUTINHO e GOMES, 2008, p. 1).

Esse contexto fez ocorrer o processo de consolidação das ONGs denominado de “onguização,” que se espalhou através dos ideais neoliberais⁵ no Brasil, tendo nova reconfiguração e direcionamento da representatividade dentro do feminismo. As ações que deveriam ser realizadas pelo Estado para políticas públicas destinadas às mulheres, não ocorreram de fato, mas as “parcerias” e essa efetivação das políticas já foi por esta intermediação.

Passando a ideia de o trabalho ser mais bem regulado por organizações, surgindo o processo de institucionalização, o feminismo profissionalizado, diferente dos tempos de movimento social independente, autônomo. As ONGs no decorrer dos anos, profissionalizavam os integrantes em cursos para capacitação até fora do Brasil, concorrendo aos grandes patrocínios de agências internacionais e instituições como Fundação Ford, Rockefeller, dentre outras. Para Cisne (2014, p. 145):

[...] muitas ONGs feministas sobrevivem de investimentos do governo e de fundações e organismos internacionais. Esse fato implica, como decorrência, um significativo prejuízo à autonomia mediante as relações de dependência/subordinação, travestidas no discurso de “parceria”. Além disso, com a competição entre estas ONGs na disputa pelos investimentos, fragmenta-se a luta das mulheres.

A partir daí, ao invés de atuarem propriamente em contestação as expressões da questão social⁶, e das condições as quais as mulheres estavam inseridas, no

⁵ No Brasil a ideologia neoliberal foi implementada na década de 1990 no governo de Fernando Collor de Mello e teve continuidade no de FHC. Trazendo a redução do papel do Estado no âmbito social e seguindo a lógica, mínimo para o social e máximo para o capital, através de privatizações neoliberais. Mais esclarecimentos, sugerimos a leitura Balanço do neoliberalismo (ANDERSON, 1995).

⁶ Segundo Behring e Boschetti, a Questão Social possui seu “fundamento nas relações de exploração do capital sobre o trabalho” (2008, p. 51), ou seja, a Questão Social remete ao conflito entre o capital e a

contexto neoliberal, evidencia-se a série de precarização, focalização e redução dos direitos sociais. Na institucionalização do feminismo em ONGs, assistimos à reconfiguração das lutas, de reivindicações atendidas aos interesses dos ditames do capital e organismos internacionais.

Temos nesse processo um nítido exemplo de transformismo na institucionalização do movimento feminista. [...] embora o feminismo institucionalizado seja supostamente representante dos interesses das mulheres, temos, na prática desse feminismo, um vínculo muito mais estreito com os interesses de seus financiadores, uma vez que, ao fim e ao cabo, são estes que determinam as áreas e a forma de atuação e até mesmo a linguagem da maioria das ONGs (CISNE, 20014, p. 146).

Quem dita as “regras” são os financiadores, tendo poder de decisão, definem os projetos, ações a serem desenvolvidas pelas ONGs feministas. A dinâmica interna das instituições é controlada, “dançando conforme a música tocada” pela política neoliberal e representada pelos agentes internacionais, frente a política feminista.

Por conseguinte, a institucionalização do feminismo em ONGs trouxe, segundo Cisne e Gurgel (2015, p 77) “forma subordinada aos interesses e exigências dos organismos internacionais e do grande capital, significa, pois, um retrocesso em relação ao poder de resistência da classe trabalhadora”.

6 A CONSTRUÇÃO DO COLETIVO TOTAL

Ao analisarmos a história do feminismo, trazemos as mulheres, enquanto protagonistas centrais, em unidade, para a transformação social, na condição de coletivo total. E não construir o movimento em fragmentações:

Nesse coletivo total que defendemos para o feminismo, as particularidades das experiências dos sujeitos devem ser consideradas e respeitadas, inclusive, com autonomia entre si na vivência e expressão de suas diferenças. Daí a importância de espaços da auto-organização dos sujeitos feministas, como método de formação e ação política. (CISNE e GURGEL, 2015, s/p).

São diversas as maneiras de organização, na condição de um corpo social, histórico, auto-organizado estrategicamente, teoricamente na práxis do feminismo autônomo e coletivo total. Nas palavras de Gurgel (2004, p. 1) “a noção de autonomia estabelece nexos internos que são necessários. [...] a autodeterminação política das

classe trabalhadora, originado no “processo selvagem de industrialização no século XIX, na Grã-Bretanha”.

mulheres enquanto condição ontológica do feminismo para a construção do sujeito coletivo total pela sua emancipação humana”.

A autora relata a perspectiva de construção do coletivo, na qual são as mulheres que compõem o feminismo, e ao trazer a categoria total, abrange as diversas possibilidades de existências para elas. À vista disso o movimento tem representatividade de classe, raça/etnia, orientação sexual, sexo e geracional.

Compondo o “coletivo total para o qual o feminismo defende, as particularidades das experiências dos sujeitos devem ser consideradas e respeitadas, inclusive, com autonomia entre si na vivência e expressão de suas diferenças” Cisne e Gurgel (2015, s/p).

O sujeito coletivo total que trabalhamos, são a diversidade de experiências, vivências das mulheres que fazem o feminismo existir. Nesse sentido, para os coletivos feministas seguirem firme na luta de movimento social, precisam criar formas de autonomia para os guiarem ao trilharem os caminhos da autonomia. “O debate em torno do sujeito coletivo é uma das questões centrais que são postas para o feminismo na atualidade. Sua abordagem implica atualizações conceituais e, ao mesmo tempo, uma análise crítica de sua política no campo dos movimentos sociais” GURGEL (2014, p. 71). Para fortalecermos as lutas em defesa das mulheres, na condição de perspectiva crítica da realidade social.

A autora trabalha na perspectiva de entender o feminismo nas suas várias diversidades como coletivo total, que tem unicidade pela opressão e subordinação ao fato de sermos mulheres. Na condição de sujeito coletivo total, compreende as experiências históricas, pessoais e também coletivas das mulheres, para a formação do feminismo múltiplo.

Pensamos numa estrutura de horizontalidade como representação ontológica desse coletivo total, capaz de desenvolver mecanismos de participação direta e representativa em suas instâncias de decisões, construindo políticas que realizem a maior potencialidade do indivíduo: a sua condição de sujeito. O feminismo como coletivo total proporciona, portanto, a inclusão horizontalizada das demandas específicas que compõem o sujeito “mulheres”, ao assumir como princípio fundador as diversidades das mulheres. (GURGEL, 2014, p. 73).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa documental realizada nos coletivos feministas autônomos Diadorim, de Pernambuco, e Tambores de Safo, do Ceará, Leila Diniz, Natal, nos possibilitou

comprovar a existência, no campo político, de ações autônomas, auto-organizadas e insubordinadas, não dependendo de organismos financiadores, como ONGs, ou precisando se institucionalizar, vincular-se ao Estado para poder existir.

O grande desafio hoje, para os coletivos feministas autônomos, é criar um projeto comum, autorrepresentado pelas mulheres, trazendo a formação de base organizada dos coletivos feministas, não permitir que ONGs, partidos, instituições ou o Estado, promovam ações ou até mesmo políticas focalizadoras na pobreza, achando que irão representar as mulheres e suas lutas.

Pois as ONGs, não têm a mínima pretensão de transformar a estrutura do capital, e a condição para tais políticas existirem é, somente, garantir o mínimo social. Em síntese, o que desafia o movimento social feminista, na contemporaneidade, é a busca da autonomia política e financeira como princípio norteador, central para o retorno do movimento mais radical, autônomo, político e organizado.

REFERÊNCIAS

_____. **Feminismo e consciência de classe**. São Paulo: Cortez, 2014.
CISNE e SANTOS. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

_____. GURGEL, Telma: FÉMINISME ET AUTONOMIE, LE DÉFI DU « COLLECTIF TOTAL » IN État des résistances dans le Sud. Mouvements de femmes. Col. **Alternatives Sud - État des résistances dans le Sud**. Vol. XXII – 2015, n°4. CETRI, Syllepse. Bruxelas-Bélgica, 2015. s/p.

_____. Feminismos e autonomia na América Latina: algumas questões estratégicas. In: **Feminismo e gênero: desafios para o Serviço Social**. ALVES, Maria. E. R; TEIXEIRA, Marlene (org). Brasília-DF. Abaré, 2015.

CAMURÇA, Sílvia; SILVA, Carmen. **Feminismo e movimento de mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2010, p.13-14.

COUTINHO, Joana, A e GOMES, Ilse. Estado, movimentos sociais e ONGs na era do neoliberalismo. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 89, outubro de 2008. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/089/89gomes_coutinho.pdf. Acesso em: 03 set. 2016.

DIADORIM, Coletivo. **Carta Política**. Recife, 2014, s/p.

DURIGUETO, Maria. Lúcia e MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GURGEL, Telma. **Questões de autonomia para a práxis do Feminismo**. UFSC: 2004. Disponível em:

www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/T/Telma_Gurgel_06.pdf. Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. Feminismos no Brasil Contemporâneo: apontamentos críticos e desafios organizativos. In: **Revista Temporalis**. Ano 14, número 27. Brasília-DF. 2014. p. 57-76.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 16, nº. 47, maio-agosto, 2011, pp. 333-361. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro, Brasil.

NETTO, José Paulo. **Crise do capital e consequências societárias**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. n. 111. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

NASCIMENTO, Lissa Crisnara Silva do. **Feminismo, autonomia e consciência coletiva**. Curitiba: CRV, 2016.

NOVELINO, Maria Salet Ferreira. **As Organizações Não Governamentais (ONGs) Feministas Brasileiras**. Caxambú-MG. 2006.